

JUSTIÇA SP

ABRIL 2018 | EDIÇÃO #16 |

EPM e APAMAGIS

Sob nova gestão

Arte e história

Palácio e Museu da Justiça

Carreira

Primeiros passos de um juiz

TJSP Mobile

App da Justiça

TJSP e suas
secretarias

PEREIRA CALÇAS À FRENTE DO MAIOR TRIBUNAL DO MUNDO

Conheça o presidente e os principais desafios da gestão



Conselho Superior da Magistratura

Presidente
Manoel de Queiroz Pereira Calças

Vice-Presidente
Artur Marques da Silva Filho

Corregedor-Geral da Justiça
Geraldo Francisco Pinheiro Franco

Decano
José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

Presidente da Seção de Direito Público
Getúlio Evaristo dos Santos Neto

Presidente da Seção de Direito Privado
Gastão Toledo de Campos Mello Filho

Presidente da Seção de Direito Criminal
Fernando Antonio Torres Garcia

Justiça SP

Revista Eletrônica trimestral
do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Corpo Diretivo

Ricardo Mair Anafe (Desembargador)
Leandro Galluzzi dos Santos (Juiz Assessor da Presidência)
Maria Rita Rebello Pinho Dias (Juíza Assessora da Presidência)

Jornalista Responsável

Rosangela Sanches

Corpo Editorial

Rosangela Sanches
Maria Cecília Abatti Souza Cruz
Alexandre de Lima Marcusso

Corpo Técnico

Editor
Daiane Santos Muricy Alves Cruz

Reportagem
Daiane Santos Muricy Alves Cruz
Guilherme Fujimoto Amorim
Valéria Vieira da Silva
Rosangela Sanches

Fotografia
Antonio Carlos Carreta
Klaus Silva Pinto
Ricardo Braga Lou

Editoração Gráfica
Daniel Gaiciner
Jenifer Yoko Takaki

Revisão
Rosangela Sanches

Apoio técnico
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

CONTATO

imprensatj@tjsp.jus.br
Tel.: (11) 3117-2574 / 2575 / 2576
Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - 2º andar – sala 212
CEP 01018-010 – São Paulo – SP



Manoel de Queiroz Pereira Calças
PRESIDENTE DO TJSP

Por um Judiciário mais eficiente

Desde que assumimos a Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, em janeiro último, temos trabalhado muito para que o Poder Judiciário paulista tenha o reconhecimento que merece e ofereça à população o serviço à altura de seus anseios e necessidades.

Nesta revista eletrônica JustiçaSP, a primeira edição da gestão 2018/2019, a Presidência, com especial contribuição da equipe de juízes assessores e dos secretários da Corte, adotou medidas para a otimização de recursos e eficiência dos trabalhos, sem descuidar do necessário aumento de receitas para fazer frente às demandas emanadas dos números superlativos que o Estado de São Paulo tem.

Para isso, mudanças se fizeram necessárias. Com a reestruturação, o TJSP passou de 12 para oito secretarias e conta, agora, com duas diretorias ligadas à Presidência. Foram extintos cerca de 300 cargos, com uma previsão de economia de R\$ 500 milhões em cinco anos. Entre as principais mudanças, destaque para a criação da Secretaria de Gestão de Pessoas, que unificou três antigas secretarias: Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH), Planejamento de Recursos Humanos

(SPRH) e Secretaria da Área da Saúde (SAS). Já a Secretaria de Abastecimento se fundiu com a de Administração e passou a se chamar Secretaria de Administração e Abastecimento (SAAB), sendo indicado como secretário um engenheiro formado pela Poli-USP, recrutado fora dos quadros de servidores. Infográfico específico explica a atual estrutura do TJSP, com espaço mais abrangente para a Secretaria de Primeira Instância (SPI). Nas edições futuras, haverá o detalhamento das atividades das demais secretarias.

Também nesta edição, a JustiçaSP conta um pouco sobre a história do Judiciário paulista, nosso Museu e as visitas monitoradas, que estão abertas ao público em geral, mas que têm atraído em especial os acadêmicos de Direito. Um bom destaque foi dado ao TJSP Mobile, afinal temos história, mas estamos atentos às mudanças tecnológicas e, com elas, podemos oferecer um serviço mais adequado e rápido aos que se socorrem do Judiciário.

Os primeiros passos de um magistrado... Veja a trajetória de três deles aos quais rendo minhas homenagens, por compartilhar conosco a experiência na Magistratura. Também, nesta edição, há registros que revelam alguns fatos sobre minha vida. Nesse e naquele espaço, divido com os leitores momentos importantes: desde a Abertura do Ano Judiciário 2018 e posse solene do Conselho Superior da Magistratura até lembranças queridas de meu pai Manoel Pereira Calças Filho e atividades que até hoje compartilho com minha mãe Maria Abbadia de Queiroz Pereira Calças, que aos 90 anos, completados neste mês, ensina-me muito nos momentos em família – ocasiões hoje raras em razão do compromisso assumido junto à Presidência do Tribunal de Justiça. Lutemos por bons resultados, afinal, família, trabalho e amor, se bem vividos, podem ser sinônimos. •

SUMÁRIO | JUSTIÇA SP

LEITURA
JURÍDICA

PÁG. **35**



| MEMÓRIA |

HISTÓRIA DO JUDICIÁRIO PAULISTA

*Visitas ao Palácio da Justiça e ao Museu do
TJSP para servidores e público em geral*

PÁG. **12**

EM DEFESA DA
MAGISTRATURA

PÁG. **15**

TJSP E SUAS
SECRETARIAS

PÁG. **20**



| CINEMA |

AS DUAS
FACES DE
UM CRIME

PÁG. **36**

BEM-ESTAR

PÁG. **34**

PRIMEIROS
PASSOS
DE UM JUIZ

PÁG. **28**



| NOVIDADES |

TJSP MOBILE

Aplicativo permite ao usuário acompanhar serviços do Judiciário

PÁG. **18**



| CAPA |

TRABALHO & RESULTADOS

Os desafios do presidente Pereira Calças

PÁG. **6**



ACONTECEU

PÁG. **38**



| COMO FUNCIONA |

SECRETARIA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

PÁG. **24**

Trabalho & resultados

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, pretende, ao término de sua gestão, afirmar que cumpriu, dentro das limitações orçamentárias e da realidade financeira do Tribunal, o programa de administração proposto aos que o elegeram. “Quero deixar uma administração mais racional, enxuta, eficiente e focada na prestação jurisdicional, resgatando o merecido prestígio do Poder Judiciário.” Conheça o presidente do TJSP (biênio 2018/2019)

As pessoas não querem morrer, mas alguns - até porque ninguém da morte escapa - falam com naturalidade sobre o dia em que não mais estarão neste mundo. Os que gostam muito, mas muito mesmo, do que fazem, sempre pretendem 'levar' algum objeto significativo. Embora o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, dedique-se também ao Magistério (paixão que herdou dos pais) e à pecuária (atividade que acompanha nove gerações de sua família), quer mesmo é levar para 'o outro lado' a toga que o acompanha há mais de 40 anos de magistratura, recomendando: “quando eu for, coloquem a minha toga”. No entanto, ressalta que não tem pressa: “esse ato pode ser protelado”.





Ao falar sobre o Judiciário paulista, Manoel Pereira Calças elogia os magistrados e servidores. “Temos os melhores, entre os melhores.” Ele salienta a importância do juiz que, atualmente, tem que ser bom administrador, não só do cartório, como também do próprio fórum. “O magistrado deve frequentar o cartório, conhecer e conversar com os servidores. Só assim consegue melhorar a produtividade.” Para ele, “o retrato do cartório é a fotografia do juiz perante a sociedade”. O presidente tem ciência dos inúmeros problemas práticos enfrentados pelos juízes no dia a dia, e ressalta que todos os magistrados, por vedação constitucional,

devem ser apertidários. Lembra, ainda, que os juízes não podem julgar de acordo com seus valores ideológicos, devem observar a Constituição Federal, as leis, a hierarquia, ser prudentes, educados e ter bom senso. “É isso que o cidadão espera do magistrado: conduta reta, ilibada, justa e digna. Tais predicados, aliados à segurança jurídica e à lógica do sistema, em muito contribuem para o bom nome do Poder Judiciário.” No seu entender, o juiz usa toga virtual durante 24 horas por dia. “O magistrado, com independência e firmeza, deve fazer justiça e não se colocar no lugar do legislador. Deve, ainda, atender bem as partes e os que batem à

porta do Judiciário. Em suma, o juiz deve julgar de acordo com a Constituição Federal.” Com frequência o presidente menciona os deveres do juiz: assiduidade, pontualidade, produtividade, urbanidade, cidadania, lhanza, firmeza e autoridade.

Entre as inúmeras medidas já adotadas, que começaram com a fusão e extinção de secretarias, com a finalidade de economizar recursos públicos, Pereira Calças dará continuidade aos treinamentos de servidores nas salas de capacitação das dez Regiões Administrativas Judiciárias; expandirá as

Unidades de Processamento Judicial (UPJs); aperfeiçoará o processo eletrônico para reduzir as despesas com o arquivamento dos processos físicos – tudo para que haja mais celeridade e eficiência. “Instituição é isso; temos que trabalhar para atingir a finalidade última. Sempre trabalhei com acervo zerado e hoje grande parte dos magistrados assim trabalha. O jurisdicionado não pode participar de uma justiça lotérica.”

Nascido em uma família com vários advogados, juizes, desembargadores, promotores e procuradores de Justiça, foi inspirado por seu tio e padrinho, doutor Francisco Leal de Queiroz, que foi secretário de Justiça e deputado federal pelo Mato Grosso e fez carreira jurídico-política naquele Estado. Refere-se a ele com grande carinho, afirmando que mora na cidade de Campo Grande e tem 92 anos de idade.

Em 19 de agosto de 1976, o jovem Manoel tomou posse na Magistratura. Por dois anos foi juiz substituto em São José do Rio Preto e, pelo mesmo período, foi titular de sua primeira comarca, Paulo de Faria. A segunda entrada foi em Tanabi. “Judiquei praticamente em todas as comarcas da região, de Rio Preto

até as barrancas dos rios Paraná e Tietê. Ali substituí, respondi e acumulei.” Foi juiz titular da 1ª Vara Cível de São José do Rio Preto e, já na Capital, titular da 2ª de Família do Foro Regional de Itaquera, juiz eleitoral e diretor do fórum. Foi assessor da Corregedoria Geral da Justiça e da Presidência do Tribunal de Justiça. Pereira Calças cita grandes nomes com os quais trabalhou: Milton Evaristo dos Santos,

Aniceto Lopes Aliende, Odyr José Pinto Porto, José Alberto Weiss de Andrade, Nereu Cesar de Moraes, Sylvio do Amaral, Renato Tôrres de Carvalho Filho, Antonio Garrigós Vinhaes, Lair da Silva Loureiro, João Sabino Neto, Dagoberto Salles Cunha Camargo e Humberto de Andrade Junqueira.

Na vida pessoal, Manoel de Queiroz Pereira Calças tem a mais remota lembrança centrada nas figuras de seus dois avós: Manoel Pereira Calças (empresário) e doutor José Queiroz (engenheiro civil pela turma de 1923 da Escola Politécnica, pecuarista e fazendeiro). “Como frequentava a fazenda do meu avô, andava a cavalo com ele e ia pescar em um enorme lago que havia na Fazenda Urutu, em Aparecida do Taboado (MS).” A atividade pecuária é exercida por sua família, bem como pela de sua esposa, há muitas gerações. Todos são criadores. “O criador é o que produz bezerros, uma ati-

“O retrato do cartório é a fotografia do juiz perante a sociedade”

vidade específica. Faço o chamado ciclo completo: crio, recrio e engordo e o gado é abatido diretamente no frigorífico.”

Seu pai, Manoel Pereira Calças Filho, nasceu em Lins (SP), em 1920, era professor de Ciências Contábeis, empresário e pecuarista. “Sempre me lembro de meu pai como paraninfo. Acho que foi paraninfo, praticamente, de todas as turmas em que lecionou dos 22 até os 70 anos de idade. Ele sempre baseou nossa educação na fé cristã, no catolicismo, no amor à família, na ética e na disciplina, com um foco especial para o estudo.”

Sua mãe, Maria Abbadia Leal de Queiroz Pereira Calças, nasceu no antigo Estado do Mato Grosso, em 1928 e estudou no internato feminino “Instituto Americano de Lins”. Foi alfabetizadora, supervisora de ensino, exerceu cargos na Secretaria da Educação e aposentou-

-se como professora. “Fez 90 anos em 19 de abril, é lúcida e até hoje frequenta as fazendas dos filhos para dar uma ‘fiscalizada’ na cozinha. Andava a cavalo até dois anos atrás”, diz Pereira Calças que, ao falar dos pais, mostra-se sempre enternecido. Sobre a mãe, afirma: “como professora, sempre exigiu dos filhos o uso de um português muito castiço. Alfabetizou todos os filhos e, por isso, com eles é extremamente rigorosa com o vernáculo.” Salaria que, ao mesmo tempo em que foi mãe educadora, apaixonada pelo Magistério, foi também protetora dos filhos para que o eventual rigor do pai fosse mitigado. “O sistema lá em casa foi muito rígido no sentido de exigir o máximo de cada um, principalmente no estudo e no trabalho.” Sua família é formada por outros sete irmãos, um deles já falecido. “São seis homens e duas mulheres; um engenheiro civil, um professor de psicologia e psicólogo clínico; todos os demais cursaram Direito.”



Presidente Pereira Calças e a esposa Maria Amélia

É casado há 41 anos com a mineira Maria Amélia, filha dos fazendeiros Laerte Junqueira de Andrade e Maria Rita de Almeida Junqueira de Andrade, já falecida. O presidente foi colega de juventude da esposa, na cidade de Lins. “Namoramos dois anos, noivamos por um ano e dessa união nasceram os filhos Ruth Maria Junqueira de Andrade Pereira e Thomaz Henrique Junqueira de Andrade Pereira. Agora, temos dois netos, Gabriel e Lucas, com 11 e 6 anos, respectivamente.” Hoje, também integram a família o genro Mateus, que é neurocirurgião, e a nora Gisele, advogada no Rio de Janeiro. Rigoroso consigo próprio diz, sem esconder o olhar meigo, que aos filhos e aos netos quer transmitir o que aprendeu com os pais: responsabilidade, cidadania, respeito ao próximo, comprometimento total com os estudos e com o trabalho. O casal Maria Amélia e Manoel conta com o auxílio de funcionários que trabalham com a família há mais de 40 anos. “São pessoas muito queridas e que têm lugar especial em nossa vida e em nossos corações”, mostrando-se gratos aos auxiliares que acompanharam seus filhos e hoje veem o crescimento dos netos. Pereira Calças ama as três atividades que permeiam sua vida: a magistratura, o magistério e a pecuária.

O magistério é um capítulo à parte em sua vida, já que a família paterna é de professores. “Todas as minhas tias foram professoras e meu pai, sendo empresário, gostava mesmo era de ser professor e era idolatrado a ponto de, depois de seu falecimento, os alunos da região se reunirem e fazerem com que a praça principal de Lins, que tinha o nome do fundador, fosse dividida para ter também o nome do professor Manoel Pereira Calças Filho. Hoje, a praça, onde fica a Catedral de Santo Antonio, carrega os nomes do fundador e do meu pai. O magistério é dom que herdei deles e de minha mãe. Sou professor desde os 22 anos de idade. Comecei na PUC-SP e, atualmente, sou professor no Largo de São Francisco, na Uninove e na Faculdade de Direito de Bauru, mas estou

“Corregedoria é o coração do Tribunal e a Presidência é o seu cérebro. Ambas devem trabalhar em harmonia”

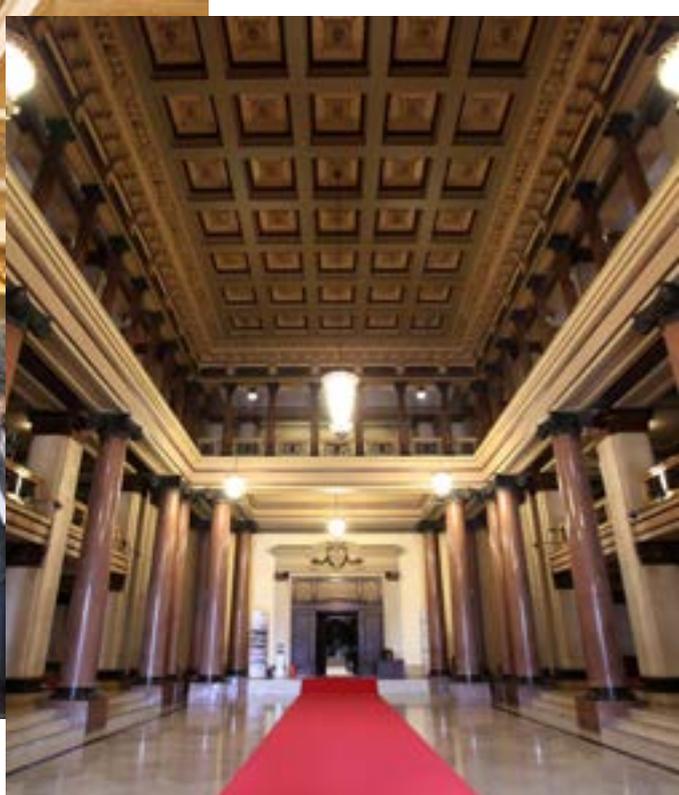


licenciado desde que assumi a Corregedoria.” Formado também em Contabilidade, Pereira Calças foi monitor dos professores Alberto Gomes da Rocha de Azevedo (Direito Comercial), José Manoel de Arruda Alvim Netto e Thereza Alvim (Civil e Processo Civil), na PUC-SP, e fez especialização em Direito Comercial e mestrado em Processo Civil. Por ser especialista em Direito Comercial, foi convidado a dar aula desta matéria na Faculdade de Direito Rio-Pretense e acabou se apaixonando por essa área do Direito, razão pela qual, já em São Paulo, fez mestrado e doutorado em Direito Comercial e passou a lecionar a disciplina na PUC-SP e na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da USP.

No TJSP, quando indagado sobre os propósitos que o levaram à Presidência, responde de pronto. “Eu sou apaixonado pela Magistratura, sou um vocacionado. Entendo que a função jurisdicional – que é uma garantia do cidadão brasileiro – tem que ser exerci-

da de forma plena, completa e exauriente. Eu já poderia estar aposentado desde os 48 anos de idade e, evidentemente, não iria fazê-lo pura e simplesmente pela implementação de tempo de serviço. Após dez anos no Tribunal de Justiça, entendi que minha experiência me credenciava a disputar o cargo de corregedor-geral por perceber que poderia contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional, sob as balizas da ética e da eficiência. Fui eleito pela confiança dos meus pares e atuei, no último biênio, na Corregedoria Geral da Justiça. Como corregedor visitei as dez Regiões Administrativas Judiciárias do Estado de São Paulo e conheci profundamente suas peculiaridades e necessidades. Com toda a humildade, aprendi muito e fiz o melhor, contando com uma excelente equipe de magistrados e servidores excepcionais. Por isso, também me propus a exercer a Presidência, que é um cargo diferente do de corregedor, na medida em que entendo que a Corregedoria-Geral é o coração do Tribunal e a Presidência é o seu cérebro. Ambas devem trabalhar em perfeita harmonia. Fui eleito, agradeço meus pares e tenho a satisfação de atuar com um Conselho Superior da Magistratura composto por excelentes e comprometidos desembargadores, todos altamente qualificados, com inteireza intelectual, ética e amor à judicatura. A harmonia com que atuamos no CSM é emblemática. Apoiado pelo Órgão Especial, pelo Pleno, por todos os juízes de primeiro grau e, notadamente, pelos servidores do nosso Tribunal, que são realmente os que fazem a Justiça se concretizar para o cidadão, com harmonia entre o 1º e 2º graus, além de um bom trabalho político com os Poderes Executivo e Legislativo, certamente atingirei os objetivos aos quais me propus. Pretendo dar ao cidadão paulista a Justiça que ele merece e necessita. Para isso, entendo que é preciso que todo o sistema funcione, abrangendo o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, a Defensoria Pública, Secretarias da Justiça, Segurança, Administração Penitenciária e Saúde, Polícias Militar e Civil, enfim, todos os envolvidos no sistema de Justiça de nosso Estado.” •





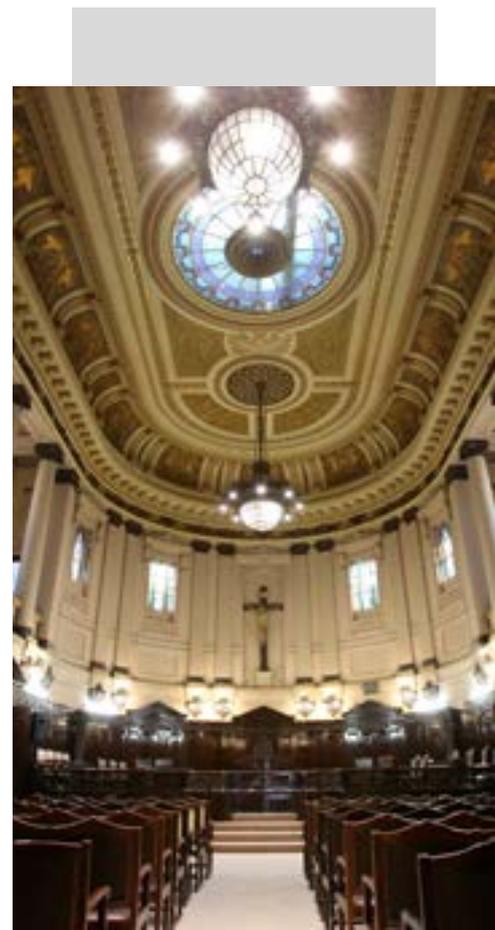
História do **Judiciário paulista**

Visitas monitoradas no Palácio da Justiça para servidores e público em geral

Vânia Tomazoni

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) abre suas portas para mostrar a história, a arte e a memória do Judiciário por meio das visitas monitoradas. Grupos de 20 a 40 pessoas podem participar das visitas, que são gratuitas e duram cerca de três horas. Conduzidas por integrantes da Diretoria de Relações Institucionais, consistem em palestras sobre a “Instalação e Evolução do Poder Judiciário Paulista” e a “Importância Jurídico-Arquitetônica do Palácio da Justiça”, com explicações sobre a arquitetura do edifício, construído de 1920 a 1942 e os significados dos símbolos ligados ao Direito e à Magistratura, complementadas por uma dissertação sobre as principais carreiras jurídicas. No programa também estão previstas visitas às salas históricas, que possuem exposições permanentes sobre a história da Corte.

É uma oportunidade para conhecer de perto a grandiosidade e a imponência de uma das mais relevantes obras do arquiteto Ramos de Azevedo. Sede da Justiça paulista, o imóvel foi tombado em 1981 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat).



Para iniciar o passeio, um tour pelas dependências do prédio, começando pelo Salão dos Passos Perdidos, que possui piso revestido em mármore e colunas de granito vermelho, vindos da cidade de Itu, além de ornamentos decorativos primorosos. Hall de circulação central e entrada principal do edifício, o espaço, imponente e grandioso, recebeu essa denominação inspirado em projeto similar do Palácio da Justiça de Roma, que também possui um salão com essa designação.

Há ainda uma curiosidade por trás desse nome: como era um local destinado às pessoas que caminhavam de um lado para o outro, enquanto aguardavam os resultados dos julgamentos que aconteciam nas diversas salas do Palácio da Justiça, ficou conhecido popularmente por “Salão dos Passos Perdidos”.

A próxima etapa do roteiro é o Salão do Júri, que foi palco de notáveis julgamentos e importantes eventos ao longo da história. Lá são realizadas as palestras em que os participantes recebem todas as informações a respeito do Palácio, com destaque para o funcionamento do júri.

Dando prosseguimento à visita, é possível conhecer a sala “Desembargador Emeric Levai”, que abriga a coleção sobre a instalação do Tribunal da Relação de São Paulo e Paraná (primeira denominação do TJSP). Podem ser observados quadros, objetos, documentos e curiosidades que remontam aos primórdios da história do Judiciário paulista. Entre os objetos em exposição está o item mais antigo do acervo, datado da era colonial: a vara do juiz ordinário, clássico sinal distintivo da Magistratura, utilizado pela autoridade que atuava na 1ª instância.

A apresentação prossegue no “Espaço Cultural Poeta Paulo Bonfim”, formado por obras e homenagens ao poeta, que é decano da Academia Paulista de Letras e membro da Academia Paulista de História, um ícone da cultura paulista e brasileira, integrante do quadro de funcionários TJSP há mais de 50 anos. Nesse espaço há uma exposição com objetos e documentos em homenagem à memória da Revolução Constitucionalista de 1932. A sala “Desembargador Emeric Levai” e o “Espaço Cultural Poeta Paulo Bonfim” constituem os núcleos de exposições permanentes do Museu do Tribunal de Justiça.

Em continuidade à programação, os participantes visitam o “Salão Nobre”, também conhecido como “Sala Ministro Manoel da Costa Manso”, que recebeu esse nome em homenagem ao desembargador que ocupou o cargo de presidente da Corte de 1931 a 1933, e atualmente sedia as reuniões do Órgão Especial.

6.267
visitantes em 2017

No 4º pavimento do edifício os visitantes podem conferir o Salão de Consultas da Biblioteca “Desembargador Marcos Nogueira Garcez”, que já sediou as Varas Comerciais e o 2º Tribunal do Júri.

Os participantes ainda podem optar por assistir a uma das sessões de julgamento da segunda instância.

As visitas acontecem diariamente, a partir das 13h30, e devem ser agendadas pelo telefone (11) 3117-2615 ou pelo e-mail visita@tjsp.jus.br



Museu do Tribunal de Justiça

Inaugurado em 1º de fevereiro de 1995, o Museu do Tribunal de Justiça preserva e divulga a história do Poder Judiciário paulista, realizando o levantamento de todo acervo histórico existente no Estado de São Paulo, a fim de designar locais adequados à sua exposição, bem como proceder à necessária catalogação e preservação.

Coordenado atualmente pelo desembargador Octavio Augusto Machado de Barros Filho, o museu tem sua sede no Palacete Conde de Sarzedas, uma edificação histórica, datada do final do século XIX. Lá estão expostas importantes coleções referentes à criação e evolução do Poder Judiciário. Exposições temporárias e itinerantes também são coordenadas pelo museu e costumam ser realizadas no “Salão dos Passos Perdidos” do Palácio da Justiça.

A procura pelas visitas monitoradas ao Palácio da Justiça tem registrado aumento significativo nos últimos anos. Somente em 2017, foram realizadas 124 visitas e oito júris simulados, totalizando 6.267 pessoas atendidas. Foram recepcionados alunos de universidades, do ensino médio e técnico, entidades de classe, advogados, executivos de empresas, delegações nacionais e estrangeiras, grupos da melhor idade, além de eventos culturais, como a Jornada do Patrimônio, a Semana de Museus, a Virada Cultural e a Primavera de Museus. •



Visitas

Segunda a sexta-feira

11 às 17 horas

Entrada gratuita

Visitas monitoradas para grupos

Agendamento:

(11) 3295-5819 / 5816 / 5815

Em defesa da **Magistratura**

Nova gestão da Apamagis promete pulso firme na luta pelos direitos dos magistrados e pela valorização da carreira

Daiane Muricy

A Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) é a maior associação estadual de juízes e desembargadores do Brasil. Atualmente, conta com 3.149 associados, magistrados da ativa, aposentados e pensionistas. Além de oferecer espaços de lazer dedicados aos magistrados e benefícios em produtos e serviços, a associação defende, institucionalmente, as prerrogativas dos associados e promove ações pela valorização da Magistratura.



Em novembro de 2017, ocorreram eleições para os cargos de direção da associação. Todos os integrantes da chapa “Unidos pela Magistratura” foram eleitos para o biênio 2018/2019: o juiz Fernando Figueiredo Bartoletti (presidente), a juíza Vanessa Ribeiro Mateus (1ª vice-presidente), o desembargador Claudio Antonio Soares Levada (2º vice-presidente) e os 12 conselheiros que compunham a chapa. Bartoletti teve votação de 1.518 votos. O pleito teve a participação de 2.108 magistrados, a maior da história da entidade.



O presidente eleito segue cumprindo sua promessa de campanha, que é fazer da Apamagis o braço político da Magistratura paulista no Congresso Nacional e nas instâncias superiores do Judiciário; lutando pela valorização das carreiras jurídicas públicas e defendendo incondicionalmente os direitos e as prerrogativas dos Magistrados diante dos ataques constantes que o Judiciário sofre. “Não há paz e segurança social onde não há um Judiciário fortalecido e independente à disposição do cidadão”, afirma.

Segundo Bartoletti (*foto acima*), vários são os projetos de lei e de emenda à Constituição que minam a autonomia do Poder Judiciário, como a PEC 64/15, que prevê a iniciativa parlamentar na propositura do novo Estatuto da Magistratura (inclusive alterações).

Mas, sem dúvida, o que mais aflige no momento é a reforma da Previdência. Junto à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e à Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), a Apamagis encampa um movimento que teve início em um ato realizado em Brasília, em 1º de fevereiro.

“Uma das principais preocupações foi chamar a atenção da sociedade para a forma açodada com que se pretendia fazer a reforma da Previdência, que prejudicaria não só o funcionalismo público, mas também os trabalhadores privados”, alerta Bartoletti. “O impacto maior seria diretamente na qualidade do serviço público em geral.”

“Queremos garantir que o orçamento do Judiciário seja respeitado, o que é crucial para a melhoria das condições de trabalho dos nossos colegas”

“Não há paz e segurança social onde não há um Judiciário fortalecido e independente à disposição do cidadão”

Segundo a 1ª vice-presidente, Vanessa Mateus (*foto abaixo*), além das ações em âmbito nacional, uma das prioridades da gestão será atuar junto a deputados e lideranças na Assembleia Legislativa de São Paulo pela autonomia financeira do Tribunal paulista. “Queremos garantir que o orçamento do Poder Judiciário seja respeitado, o que é crucial para a melhoria das condições de trabalho dos nossos colegas.”



“A liberdade de associação e de expressão é para todos”

O desembargador Claudio Levada (*foto acima*) destaca que a Apamagis será o elo entre a 1ª e 2ª instâncias, fortalecendo a Magistratura frente às tentativas de enfraquecimento do Judiciário. “A Apamagis é a porta-voz de nossos interesses institucionais e vamos trabalhar para fortalecê-la ainda mais, sem quaisquer distinções entre os colegas, com absoluta independência e autonomia”, assegura o 2º vice-presidente. Quanto às críticas recentes que apontam para a sindicalização das associações de classe, Claudio Levada afirma que as associações de juízes têm não só o direito, mas o dever de lutar pelos interesses de seus associados. “A liberdade de associação e de expressão é para todos.” •

TJSP Mobile

inovação e tecnologia

Valéria Vieira

Aplicativo permite ao usuário acompanhar serviços do Judiciário por smartphones e tablets

Para facilitar o acesso dos jurisdicionados à consulta de processos e aos serviços oferecidos pelo Judiciário, o Tribunal de Justiça de São Paulo inovou mais uma vez e lançou, em dezembro, o aplicativo TJSP Mobile para dispositivos móveis. Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TJSP, em parceria com a Microsoft e a Softplan, a ferramenta já foi baixada mais de 30 mil vezes desde sua criação.

O aplicativo, gratuito e disponível nas lojas virtuais Apple Store (sistema IOS) e Google Play (sistema Android), permite aos usuários, de forma rápida e segura, consulta às movimentações e pastas digitais dos

processos e acesso aos endereços dos fóruns em todo o Estado, além de notícias, informações e serviços. Não é necessário cadastro para uso da ferramenta, apenas identificação no sistema para visualização das pastas digitais dos processos e das ações que correm em segredo de Justiça.

“A ideia de desenvolver o app surgiu da necessidade de aprimorar, modernizar e facilitar o acesso às informações do Tribunal de Justiça de São Paulo, em sintonia com as inovações tecnológicas disponíveis, garantindo aos jurisdicionados a excelência de serviços em qualquer momento e lugar”, afirma o supervisor de serviços da STI, Amaro Kanashiro Andrade.



Com a nova ferramenta, advogados e partes podem acompanhar a tramitação de seus processos rapidamente a partir de seus smartphones e tablets, além de usufruírem de outras comodidades, como o download de peças e documentos processuais — desde que estejam previamente habilitados. Também podem ter acesso a informações e notícias em tempo real. Antes era necessário abrir o navegador de internet, digitar o endereço eletrônico do Tribunal (www.tjsp.jus.br) e procurar os links para os serviços de interesse, o que demandava mais tempo.

Além do acesso mais rápido e fácil, segundo a equipe técnica da STI, o principal diferencial do aplicativo em relação à tradicional consulta processual feita

pelo site do TJSP é a função “Favoritos”, exclusiva no app, pela qual o usuário seleciona e marca os processos de sua escolha para efetuar futuras consultas de forma mais rápida.

“O TJSP Mobile, que passou por um ciclo de testes antes de sua liberação, foi recebido com muito interesse e satisfação pelos usuários, o que se confirma pelo expressivo número de downloads, bem como pelos reiterados elogios feitos à ferramenta”, conclui Amaro Kanashiro. •

O Tribunal de Justiça e suas Secretarias

As unidades de apoio às atividades judiciárias constituem parte fundamental da Corte paulista

Daiane Muricy

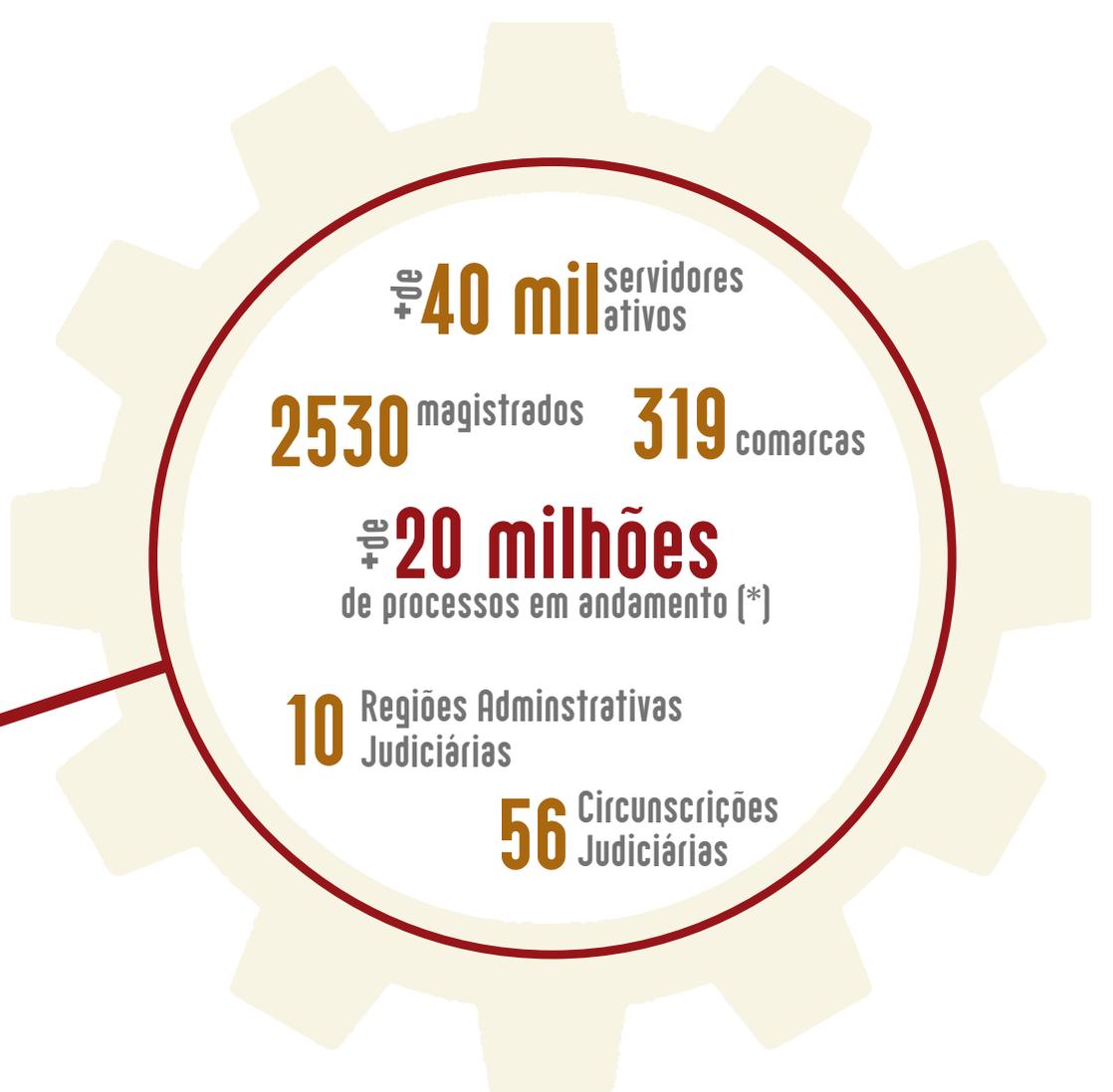
O Tribunal de Justiça de São Paulo é o maior tribunal da América Latina, com

NÚMEROS EXPRESSIVOS

que demandam uma estrutura bastante complexa. Apesar de ser um órgão público, cujo “cliente” é o cidadão, as necessidades do TJSP são comparáveis às de uma empresa de grande porte, onde há que se pensar em cada detalhe para que tudo funcione. Quem vai cuidar da manutenção do espaço físico da empresa? Quem vai comprar o material de consumo? Como vamos fazer para contratar funcionários e alocá-los nos setores? Quem vai controlar a jornada de trabalho, as faltas e as férias? E os salários? Como garantir a saúde e o bem-estar dos funcionários? Como informatizar os serviços? Quem administra as contas da empresa? Quem gerencia a produção? Como se faz o controle de qualidade? Há um cronograma de trabalhos? Como identificar problemas e o que deve ser feito para melhorar? Quem cuida do relacionamento com os clientes?

Em resposta a cada uma destas perguntas e a muitas outras, a estrutura do Tribunal de Justiça de São Paulo conta não só com as inúmeras unidades judiciárias (cartórios, varas e gabinetes), mas também com unidades de apoio às atividades judiciárias (secretarias e demais unidades).

Tanto a configuração de secretarias quanto o número de servidores nelas mudam conforme as necessidades do TJSP, para melhoria das atividades judiciárias e administrativas. Apesar de terem funções muito bem definidas, as secretarias não funcionam isoladamente; todas se comunicam umas com as outras, com intercâmbio de informações, auxílio mútuo e atuam em conjunto para prover o suporte necessário à Corte paulista em todas as suas atividades judicantes e institucionais.



+de **40 mil** servidores ativos

2530 magistrados **319** comarcas

+de **20 milhões**
de processos em andamento (*)

10 Regiões Administrativas
Judiciárias

56 Circunscrições
Judiciárias

A Justiça Estadual julga causas que não se enquadram na competência da:
» **Justiça Federal** » **Justiça do Trabalho** » **Justiça Eleitoral** » **Justiça Militar**

EXEMPLOS

- » Crimes comuns » Processos de Família » Infância e Juventude
- » Falências e Recuperações Judiciais » Registros Públicos
- » Execuções fiscais dos Estados e municípios
- » Ações Cíveis (idenizações, cobranças, direito do Consumidor etc.)

Secretaria de Orçamento e Finanças

Gerencia toda a verba destinada ao Judiciário e suas despesas, além de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de todo e qualquer gasto efetuado.

Diretoria de Controle Interno

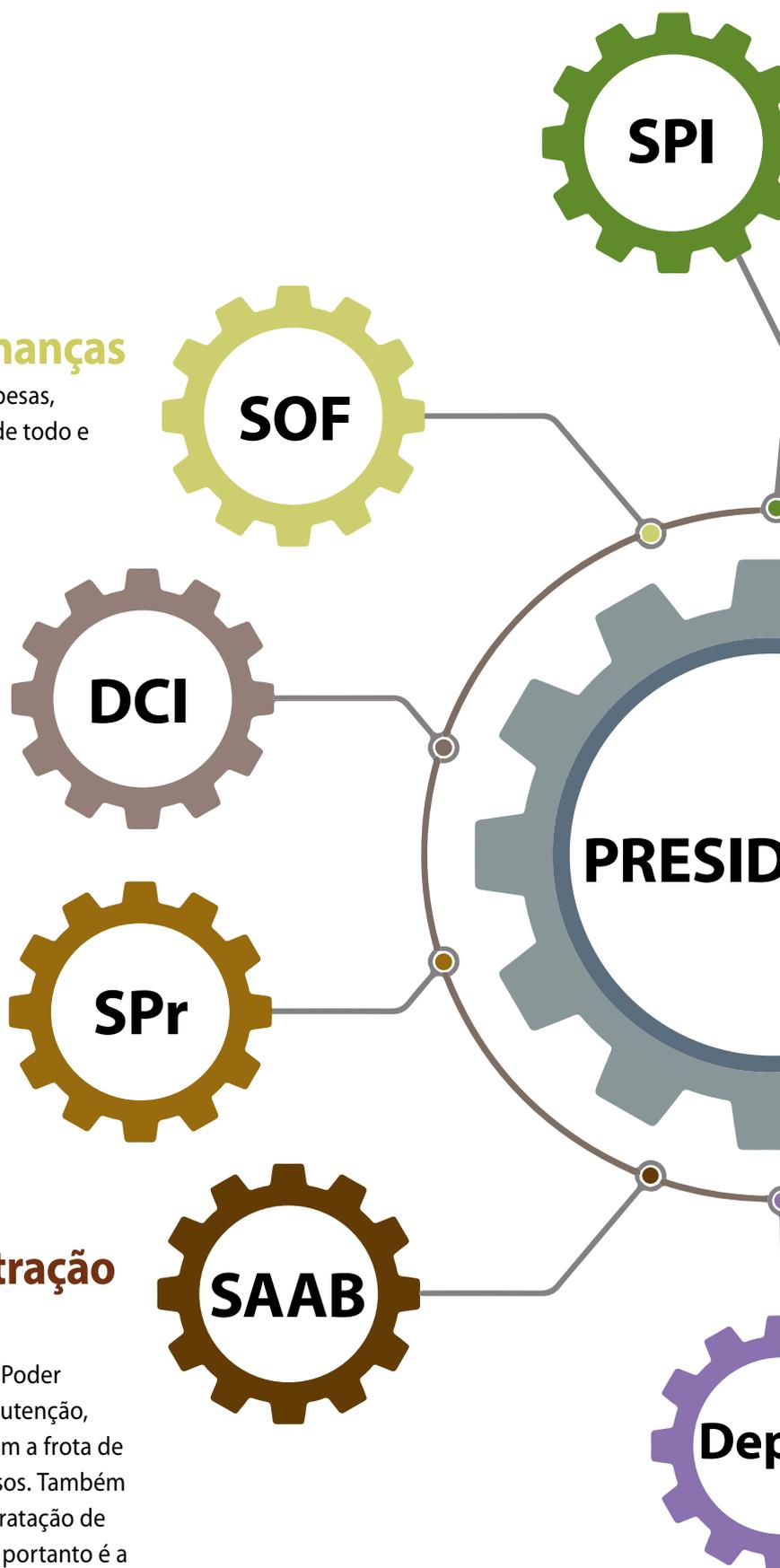
Fiscaliza e auditora os contratos e atividades administrativas do tribunal.

Secretaria da Presidência

Abarca áreas de apoio direto e indireto às unidades judiciárias, como a Estenotipia, a Biblioteca e a CAPS, e apoio à administração, como o Cerimonial e a Comunicação Social.

Secretaria de Administração e Abastecimento

Administra todos os imóveis utilizados pelo Poder Judiciário por todo o Estado e cuida da manutenção, conservação e segurança; administra também a frota de veículos e o transporte de pessoas e processos. Também é responsável pela aquisição de bens e contratação de serviços necessários aos trabalhos da Corte, portanto é a secretaria que gerencia a maioria dos contratos e licitações.



Diretoria de Planejamento

Proporciona, elabora e gerencia o planejamento estratégico e acompanha os projetos para a Presidência.

Secretaria de Primeira Instância

Cuida da constante melhoria da atividade cartorária de 1ª instância. Desde o nascimento no protocolo até o seu arquivamento, a SPI auxilia os cartórios em cada passo dos autos.



Planejamento Estratégico

Processo do planejamento estratégico e
ênfase.



Secretaria de **Primeira Instância**

Daiane Muricy



A Secretaria de Primeira Instância (SPI), criada em 2007, hoje sob a responsabilidade de Simone Bento, trabalha em articulação com a Presidência, a Corregedoria-Geral da Justiça e demais secretarias, sendo de sua responsabilidade a constante melhoria da atividade cartorária de 1ª instância, a fim de torná-la cada vez mais simples, célere e próxima do cidadão. Desde o nascimento no protocolo até o seu arquivamento, a SPI auxilia os cartórios em cada passo dos autos.



Essa secretaria é atualmente formada por duas diretorias e uma supervisão de apoio, cujas funções são: propor melhorias nos sistemas informatizados, conforme as solicitações das unidades judiciais; propor normas de trabalho e alterações de normas de serviço; propor e implantar novas estratégias de trabalho; representar os interesses da Primeira Instância perante as outras secretarias; cuidar da gestão documental; coordenar as atividades das unidades de protocolo, distribuidores, arquivamento e desarquivamento de processos, serviços de malote, contadoria, partidoria, expedição de certidões, dentre outras inúmeras atividades.

Cartório do Futuro

O projeto do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) mais importante em que a SPI está envolvida é, sem dúvida, a criação das Unidades de processamento Judicial (UPJ), conhecidas como Cartório do Futuro. A UPJ é o agrupamento de várias unidades cartorárias de mesma competência, com equipes especializadas e gestores com atribuições previamente definidas. As varas permanecem independentes, porém com uma única equipe cartorária para a realização exclusiva dos atos decisórios (despachos, decisões e sentenças).

A primeira UPJ foi inaugurada em novembro de 2014 e sua criação está relacionada à priorização da 1ª instância e à necessidade de modernizar a estrutura e a organização das unidades judiciais. Atendendo da 41ª à 45ª Vara Cível Central, a UPJ I é um cartório híbrido, ou seja, nele tramitam os processos físicos remanescentes e processos digitais.

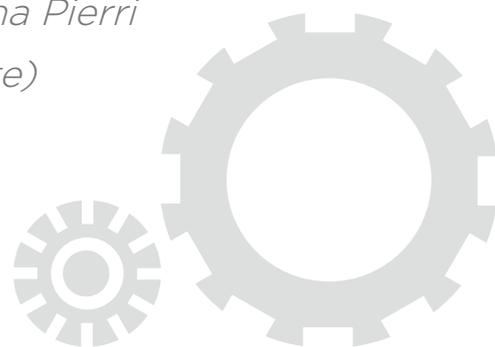
Vera Regina Pierri, escrevente do TJSP há mais de 20 anos, conheceu muito bem a realidade dos cartórios do Fórum João Mendes Júnior e assegura que a prestação de serviços melhorou com o surgimento da UPJ.

60%
AUMENTO DE
PRODUTIVIDADE



“Sou da época da máquina de escrever e das laudas feitas em mimeógrafo. Sem dúvida, a UPJ veio para agilizar a prestação de serviços e elevar a qualidade do nosso trabalho”

Vera Regina Pierri
(escrevente)





Valter Faustino Fernandes, que é escrevente do TJSP desde 2012, já trabalhou em um cartório tradicional e integra a equipe da UPJ I desde sua implantação. Segundo ele, “dar andamento em um processo pelo SAJ (Sistema de Automação da Justiça) é como enviar uma mensagem de texto pelo celular: muito prático e rápido”.

Os resultados apresentados nas primeiras UPJs indicam aumento de produtividade de até 60% em comparação ao modelo tradicional de escritórios judiciais. Além do aumento na produtividade, o custo é outra grande vantagem: podem-se implantar onze unidades ao custo de quatro escritórios tradicionais.

“Rendo muito mais com a dinâmica de trabalho da UPJ e tenho condições de prestar um serviço de mais qualidade”

Valter Faustino Fernandes
(escrevente)



Gestão Documental



A Coordenadoria de Gestão Documental preserva documentos que contam a história de São Paulo e do Judiciário, além de promover o descarte seguro de processos, empreendendo “olhar histórico” para recolhimento de documentos com essas características, além de selecionar para guarda permanente os documentos já determinados por lei. Estagiários de História e de Direito identificam se os autos guardam alguma relevância histórica ou se há algum impedimento jurídico para sua eliminação.



Além disso, existe a Reserva Técnica do Tribunal, onde são selecionados e guardados processos históricos de grande relevância. Alguns desses processos protagonizaram duas exposições em 2017: “Do Papel à Era Digital” e “Condenados ou Absolvidos?”



Na Reserva Técnica, existem documentos referentes à elite cafeeira do século XIX, às Revoluções de 1924 e 1932, ao Esquadrão da Morte, à primeira cirurgia de mudança de sexo no Brasil, à morte de Vladimir Herzog etc., que descrevem e retratam pessoas, personagens, patrimônios, relações econômicas, costumes, objetos, crenças e valores de várias épocas e momentos históricos. •



SAIBA MAIS

www.tjsp.jus.br/CartorioDoFuturo

www.tjsp.jus.br/PrimeiraInstancia/GestaoDocumental

E-mail: spi.duvidas@tjsp.jus.br

Na próxima edição
**Secretaria da
Magistratura
(Sema)**



Primeiros passos de um juiz

Daiane Muricy

A ideia de se tornar juiz é muito sedutora. Aquele posto tão importante, de tamanha relevância social, em que se tomam decisões sobre a vida das pessoas e se faz justiça, é o desejo de muita gente que sonha em mudar o mundo, tal qual se vê nos filmes.

Mas, no mundo real, não há glamour.

O caminho para ingressar na carreira da Magistratura é muito árduo e envolve anos de estudo para adquirir profundo conhecimento jurídico, além de estruturas emocional e psicológica sólidas, pois não basta ser aprovado no certame. É preciso muito jogo de cintura para lidar com toda sorte de questões judiciais sem perder de vista os anseios da sociedade e nervos de aço para enfrentar os frequentes ataques e ameaças à soberania

do Poder Judiciário e aos direitos e prerrogativas dos magistrados.

O concurso de provas e títulos para ingresso na Magistratura paulista é constituído de cinco etapas: prova objetiva; provas escritas; inscrição definitiva (em que há sindicância de vida pregressa, investigação social do candidato, exame de sanidade física e mental e avaliação psicológica); prova oral e avaliação de títulos.

Após a homologação do resultado do concurso, cada aprovado pode escolher em qual das 51 Circunscrições Judiciárias (CJs) irá atuar, respeitando-se a ordem de classificação e a necessidade e número de cargos disponibilizados. Isto não significa que o juiz substituto ficará na CJ escolhida pelo tempo que



desejar; ele pode ser removido para outra circunscrição, de acordo com a necessidade da administração judiciária.

Os juízes substitutos também atendem a um Curso de Formação Inicial, com duração de 480 horas, promovido pela Escola Paulista da Magistratura (EPM), em que recebem preleções sobre regras de conduta, técnicas para a redação de sentenças e o funcionamento do Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Além disso, recebem dos juízes mais experientes ensinamentos práticos da aplicação dos diversos ramos do Direito no cotidiano da prestação jurisdicional.

A seguir, três magistrados contam para a JustiçaSP como é a vida de um juiz substituto, como são as comarcas em que estão designados atualmente, quais foram os grandes desafios e dificuldades que enfrentaram e qual a mensagem que gostariam de passar para os aspirantes à carreira:

14 meses

Tempo médio do processo seletivo. Nem todas as vagas disponibilizadas são preenchidas, devido ao altíssimo nível de exigência do certame

12 mil
inscritos
no último concurso

77
aprovados

A maioria dos juízes é do Estado de São Paulo (Capital e Interior) e há representantes de outros Estados



Luciano Siqueira de Pretto é natural de Bauru, Interior do Estado, e iniciou sua atuação como substituto na Comarca de Gália, passando por Marília (sede da CJ em que está designado) e, atualmente, trabalha em Rosana.

“Rosana, a mais longínqua comarca do oeste do Estado de São Paulo, faz divisa com os Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul e a distância assusta quem está acostumado com as opções peculiares das grandes cidades. Meu receio inicial se desvaneceu, muito facilmente, pela excelente acolhida dos servidores, advogados, membros do Ministério Público e cidadãos. A propósito, é elogiável a extrema dedicação dos servidores da comarca, pois há anos não contam com um juiz titular para imprimir um ritmo uniforme de trabalho, então tiveram de superar, por conta própria, as dificuldades de organização para conseguir, com afinco, dar vazão ao imenso acervo de processos. As principais demandas judiciais da Comarca de Rosana tratam de benefícios previdenciários, improbidade administrativa e temas civis relacionados à Companhia Energética de São Paulo (Cespe), responsável por alojar trabalhadores para construção da usina hidrelétrica local.

“O grande desafio enfrentado por mim até agora foi equilibrar a qualidade das decisões com o tempo disponível para apreciação da imensa quantidade de processos. A contínua evolução dos serviços de apoio aos magistrados permitirá a superação desses obstáculos”

Em prol da carreira, tive que abdicar dos bons momentos com a família, em especial do contato com a minha filha, que agora tem sete meses. A dificuldade em parte foi contornada, pois ela e minha esposa sempre me acompanham nas minhas comarcas. Antes da Magistratura atuei em outros cargos (analista judiciário, defensor público e procurador da Fazenda Nacional). Em 2018 completei 13 anos de serviço público.

A Magistratura, porém, é singular, desafiadora e, certamente, superou minha expectativa inicial.

A 'vida de juiz' é, numa perspectiva, de alta responsabilidade, pois é submetido ao magistrado o destino das pessoas: casos envolvendo a liberdade, o patrimônio, a aposentadoria, etc. É muito gratificante poder exercer essa função tão importante e, de algum modo, contribuir para as demandas da sociedade local.

Aos futuros colegas: acreditem e persistam, com firmeza, solidez e humildade, no ideal de justiça. A Magistratura propicia, a um só tempo, a realização individual e a oportunidade de compreender e enfrentar os problemas da comunidade.”

Éverton Willian Pona, da 19ª CJ (Sorocaba) é natural de Londrina, Paraná. Já auxiliou em Sorocaba (sede), Cotia, Piedade, Votorantim, Ibiúna e, no momento, assume duas varas em comarcas diferentes – Apiaí e Capão Bonito.

“Apiaí e Capão Bonito são comarcas que integram uma região bastante agrícola. Por aqui, a demanda por benefícios previdenciários pela população rural e, na esfera cível, as demandas possessórias, são grandes. Na área criminal, acredito sejam os delitos de furto, roubo e tráfico os mais recorrentes, o que não é particularidade de quaisquer das duas, mas de todo o Estado. Em Apiaí observei, ainda, incidência bastante elevada de casos de violência doméstica e violência sexual, o que pode representar uma característica peculiar da região. Em relação ao corpo de trabalho, posso dizer que os servidores são extremamente dedicados, em ambas as comarcas, e não medem esforços para desempenhar suas atribuições com a excelência e dedicação que a população merece.

Creio que o grande desafio que enfrentei até agora seja, como para todos os demais colegas, a necessidade de manter em dia, sem atrasos, o volume de processos. Há uma expectativa constante de alta produtividade. O ingresso na carreira exige dedicação e, por consequência, alguma renúncia. Foi preciso deixar algumas horas de lazer de lado, estu-



“Vale lembrar que ninguém busca o Poder Judiciário quando está feliz e essas circunstâncias influenciam na vida daquele que lá está para julgar: as tristezas, as decepções, as dores, não raro acompanham o juiz quando ele fecha o processo e desliga o computador. O juiz não pode esmorecer”

dar durante finais de semana, privando-me do convívio familiar e com amigos. Também, como vim de outro Estado, acabei me afastando geograficamente da família, o que no início representou uma grande dificuldade, mas foi por uma boa causa.

A profissão é extremamente bela e proporciona muitos momentos de alegria. Em diversas oportunidades é possível perceber como a nossa atuação faz a diferença na vida das pessoas. Contudo, desde que ingressei na Magistratura vejo que o Poder Judiciário sofre uma série de críticas nem sempre justas. E, precisamente para garantir a força resiliente do magistrado diante das adversidades das situações que precisa pacificar, existem as garantias constitucionais da função, de modo a viabilizar a independência e imparcialidade do julgador e, assim, a justiça da decisão.

O exercício da magistratura me propiciou uma mudança de perspectiva: dos complexos e doutrinários votos proferidos nos julgamentos de tribunais superiores que me inspiraram quando estudante, passei a admirar, em maior medida, o exemplo diuturno que recolho do contato com a experiência dos colegas que, verdadeiramente integrantes e orgulhosos da carreira, estão na linha de frente e, tantas vezes ao custo de muita renúncia pessoal, suportam a cotidiana e direta pressão pela resolução dos conflitos sociais. São esses exemplos que fazem a ‘vida de juiz’ valer a pena.

Aos futuros colegas, lembro uma frase, atribuída a Henry Ford: ‘Estar decidido, acima de qualquer coisa, é o segredo do êxito’. Por isso, mantenham o foco.”



Renata Moreira Dutra Costa, da 44ª CJ (Guarulhos), nasceu e cresceu na Capital de São Paulo e já atuou em Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel, Itapevi (por sete meses, sua designação mais longa até o momento), Vargem Grande Paulista, Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapeçerica da Serra, Jandira e, desde 29 de janeiro, responde pela 1ª Vara de Arujá.

“Arujá é uma cidade com muitos problemas envolvendo propriedade. São inúmeras ações de reintegração de posse, rescisão de contrato de compra e venda, cobrança de condomínio. A cidade se divide em condomínios de luxo e áreas muito pobres.

Há um problema envolvendo o limite das cidades de Arujá e Itaquaquecetuba, o que resulta em ações de consignação em pagamento de IPTU, mas há demanda ajuizada para resolver essa

“O caminho para alcançar a aprovação no concurso de ingresso é duro e precisa ser. Só assim damos valor e separamos aqueles candidatos realmente vocacionados e comprometidos com o serviço público”

questão. As ações criminais, pelo que percebi até agora, não envolvem delitos muito graves ou violentos. São, em sua maioria, pequenos tráficos, roubos e furtos. Para este ano temos apenas dois júris marcados até agora.

Sem dúvida, o maior desafio nesta carreira é decidir a vida alheia. Cada pessoa tem sua história, suas convicções e é muito difícil impor o que a lei e a nossa consciência exigem. As pessoas não entendem o motivo de ser assim.

A dificuldade é ainda maior nos casos da infância e juventude, mesmo essa sendo a minha área favorita. Lidar com frustrações das crianças abrigadas também é um grande desafio. Ter que responder a perguntas como ‘já encontrou um padrinho afetivo?’, ‘quando vou poder voltar a morar com a minha mãe?’, ‘já encontraram uma família adotiva pra mim?’, é muito complicado, e a situação dos adolescentes infratores é ainda mais. Eles precisam aprender que existe responsabilização por seus atos, de acordo com a gravidade

do que fizeram. Mas não é fácil decretar a internação de um adolescente.

Quanto às dificuldades pessoais, eu tive muita sorte: não precisei ficar longe da família porque trabalho numa circunscrição próxima da Capital.

A carreira é magnífica e me emociona a cada dia. É difícil carregar o peso de decidir, mas é muito gratificante quando encontramos as soluções, quando ouvimos o jurisdicionado, quando este sai satisfeito com o nosso trabalho.

Aos futuros colegas, o que tenho a dizer é: não desistam. O caminho para alcançar a aprovação no concurso de ingresso é duro e precisa ser. Só assim damos valor e separamos aqueles candidatos realmente vocacionados e comprometidos com o serviço público. E quando entrarem, sejam humildes. Ninguém passa no concurso sabendo tudo. Tento aproveitar o máximo para adquirir experiência e conhecimento por onde passo com colegas e servidores. Aprendo todos os dias. •

BEM-ESTAR

Programação

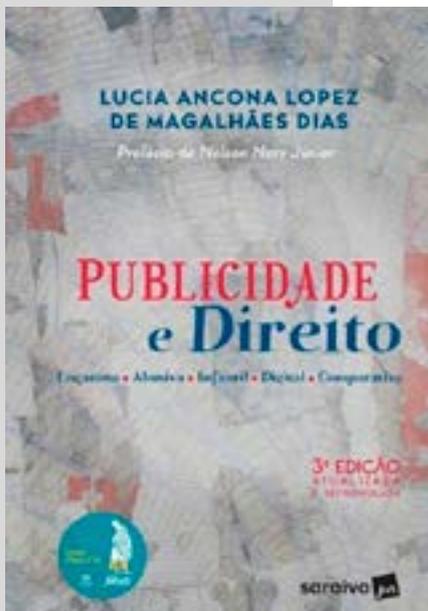
MAIO

- Início da Campanha de vacinação contra a gripe
- Projeto Quem Canta Seus Males Espanta
- Programa Meditação “De Zen com a Vida”
- Vamos Caminhar pela Saúde – Horto Florestal
- Campanha de Doação de Sangue – Bela Cintra
- Programa Saúde Itinerante – Itapeverica da Serra



JUNHO

- Programa Meditação “De Zen com a Vida”
- Campanha de Vacinação Menores de 60 anos



Publicidade e Direito

Lucia Ancona Lopes de Magalhães Dias

3ª edição atualizada e reformulada - Editora Saraiva

Lucia Ancona Lopes de Magalhães Dias é advogada especializada em diversas publicações como Latin American Corporate Counsel Association, Chambers, e Análise Advocacia 500. Por meio de linguagem clara e acessível, a autora aborda temas próprios à interface entre publicidade e direito, com apurada análise sobre as mais importantes decisões e discussões legislativas relativas à publicidade enganosa, abusiva, infantil, digital e comparativa, entre outras. Trata-se de obra essencial aos operadores do direito para a solução de aspectos práticos do dia a dia, bem como aos profissionais das áreas econômica e publicitária, que, por meio dos didáticos exemplos práticos, poderão se aprofundar nas implicações jurídicas dos temas abordados.

Estudos de Direito Processual Civil – Em homenagem ao professor José Rogério Cruz e Tucci

Coordenação: José Roberto dos Santos Bedaque, Flávio Luiz Yarshell e Heitor Vitor Mendonça Sica
(Edições Jus Podivm)

A obra conta com artigos de professores brasileiros e estrangeiros e celebra os trinta anos da carreira do professor na FDUSP e o término de seu mandato como diretor da Faculdade de Direito da USP (FDUSP).



Tratado sobre o Marco Regulatório do Saneamento Básico no Direito Brasileiro

Coordenação: Augusto Neves Dal Pozzo, José Roberto Pimenta Oliveira e Rodrigo de Pinho Bertoccelli
(Editora Contracorrente)

Atentos às desigualdades setoriais, regionais e locais, bem como às insuficiências e omissões da Administração Pública na prestação dos serviços de saneamento básico, os autores reunidos neste livro oferecem, em uma diversidade de abordagens, a evolução histórica e a realidade brasileira em matéria de saneamento básico, as especificidades do serviço público e a regulação e fiscalização dos serviços no país. Dez anos após a sanção da Lei n. 11.445/07, a obra é uma valiosa contribuição para o conhecimento do assunto e incentiva a observação dos principais temas jurídicos ligados ao saneamento básico e, conseqüentemente, ao Estado Democrático de Direito.





As duas faces de um crime

Guilherme Amorim

Em “As Duas Faces de um Crime” (Primal Fear) o advogado Martin Vail (Richard Gere) é questionado logo no início se existe uma única verdade. Ele responde: “Existe apenas uma que importa: a minha versão. Aquela que eu crio na mente dos doze jurados. Se quiser, pode chamar de outra coisa – a ilusão da verdade”

Na película lançada em 1996 Richard Gere interpreta um ex-promotor tornado advogado celebridade. Vaidoso, sedutor, bem-sucedido e sedento pelos holofotes da fama, ele decide oferecer seus préstimos *pro bono* ao principal acusado de um crime de grande repercussão. O coroinha Aaron Stampler (Edward Norton) foi capturado pela polícia coberto de sangue ao tentar fugir do local em que o arcebispo de Chicago foi violentamente assassinado.

O advogado até então retratado como cínico e racional logo se convence da inocência do réu. Gago e com histórico de abusos sofridos, Aaron afirma que desmaiou quando se deparou com o homicídio e teve um de seus recorrentes episódios de desmaio e amnésia. Quando recobrou os sentidos fugiu assustado, afirma ele.

Edward Norton é o destaque do filme ao interpretar o frágil e complexo acusado. Foi o primeiro ato de uma carreira que o consolidou com um dos maiores talentos de sua geração, tendo participado de filmes marcantes como “Clube da Luta”, “Uma Outra História Americana” e “Birdman ou (A Inesperada Virtude da Ignorância)”.

Nas conversas com o advogado e com uma psiquiatra especialista em amnésia (interpretada por Frances McDormand, que

acaba de ganhar um Oscar por “Três anúncios para um crime”), aos poucos se revela uma personalidade mais complexa do que a de um mero tímido integrante de coral de igreja.

Ao longo do filme baseado em um livro de William Diehl, lançado em 1993, são apresentados típicos dilemas de um operador de Direito: até onde ir para defender um cliente? De outra ponta, quais os limites para a perseguição penal? Um assassino insano é culpado pelos seus atos? Como proceder quando a estrita aderência aos trâmites processuais pode acabar prejudicando um inocente?

O caso vai se tornando progressivamente mais complicado, com o surgimento dos negócios escusos entre o procurador-geral da cidade (interpretado por John Mahoney, ator falecido em fevereiro deste ano) e o arcebispo e a descoberta de uma fita de vídeo comprometedor (afinal, estamos em 1996). Apesar de o filme não escapar ileso de algumas convenções hollywoodianas (era mesmo necessário que o protagonista e a promotora tenham sido amantes no passado?) os dilemas morais enfrentados pelos personagens prendem o espectador e suscitam questionamentos.

Martin Vail se revela um personagem clássico do cinema norte-americano. O homem que por detrás da busca incessante pela vitória, que parece apenas se preocupar em fazer um trabalho bem-feito e ser largamente remunerado por isso, é um idealista. Ideal que só é demonstrado após algumas bebidas e com certo constrangimento: “Eu acredito na noção de que as pessoas são inocentes até que se prove o contrário. Acredito nessa ideia porque escolhi acreditar na bondade das pessoas. Eu escolhi acreditar que nem todos os crimes são cometidos por pessoas más e eu tento compreender que algumas pessoas muito boas fazem coisas muito ruins”. •

DADOS TÉCNICOS



Título original

Primal Fear

Distribuidor

PARAMOUNT PICTURES

Ano de produção

1996

Tipo de filme

longa-metragem

Orçamento

\$ 30 000 000



CURIOSIDADES

Leonardo DiCaprio foi cotado para interpretar o personagem Aaron, que acabou nas mãos do estreante Edward Norton

As Duas Faces de um Crime foi a estreia no cinema do ator Edward Norton, que lhe rendeu o Globo de Ouro de melhor Ator Coadjuvante e uma indicação ao Oscar

FONTE: ADOROCINEMA



Abertura do Ano Judiciário 2018 e Posse Solene do Conselho Superior da Magistratura biênio 2018/2019

Em 05 de fevereiro, o Tribunal de Justiça de São Paulo promoveu a Abertura do Ano Judiciário e a Posse Solene do Conselho Superior da Magistratura (CSM), biênio 2018/2019. A cerimônia lotou o Palácio da Justiça, sede da Corte bandeirante, e foi prestigiada pelo governador do Estado, pelo presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, por ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, por muitos magistrados do TJSP e de outros tribunais do País, além de representantes de instituições civis e militares.



1 *“É preciso resgatar o brio da nação, restaurar as forças vivas do espírito da nacionalidade, ressuscitar o ardor cívico de nosso povo, curar a anervia moral de agentes públicos e privados, empresários e empregados, administradores e administrados, para que possamos reconstruir nosso País”*

**Presidente do TJSP biênio 2018/2019, desembargador
Manoel de Queiroz Pereira Calças**

2 *“Que não esqueçamos que o diferente, mais que tolerância e benevolência, exige respeito”*

Oradora em nome do TJSP, desembargadora Silvia Rocha

3 *“Que o eleitor não se deixe enganar por falsas promessas; que consiga distinguir na massa de candidatos aqueles que efetivamente desfraldarão a bandeira da ética e do compromisso com as legítimas demandas sociais; que saiba ser ele o verdadeiro protagonista das reformas pelas quais a sociedade clama”*

**Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo,
Marcos da Costa**

4 *“Compete a todos nós que escolhemos o Direito como forma de expressão do nosso respeito pela sociedade continuar zelando para que a Justiça seja distribuída à coletividade de nosso Estado”*

**Procurador-Geral de Justiça (MPSP),
Gianpaolo Poggio Smanio**



5 *“Não temos Democracia sem Justiça”*

**Presidente da Assembleia Legislativa de
São Paulo, deputado estadual Cauê Macris**



6

“Nesses tempos difíceis no mundo inteiro, de crise de representatividade e aumento de questionamentos, só temos um caminho: fortalecer as Instituições. Fora da lei é o caos”

**Governador de São Paulo,
Geraldo Alckmin**



7

“Nesta crise, que é basicamente uma crise de confiança nas pessoas e nas Instituições, na qual sobejam problemas e escasseiam lideranças, a maior Corte de Justiça do País dá um exemplo virtuoso de que é possível promover uma transição de Poder pacífica e ordeira dentro da democracia, escolhendo os seus melhores quadros para comandá-la no biênio vindouro”

**Ministro do Supremo Tribunal Federal
(STF), Ricardo Lewandowski**





8 Vice-Presidente,
desembargador Artur Marques da Silva Filho

9 Corregedor-Geral da Justiça,
desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco

10 Decano,
desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

11 Presidente da Seção de Direito Público,
desembargador Getúlio Evaristo dos Santos Neto

12 Presidente da Seção de Direito Privado,
desembargador Gastão Toledo de Campos Mello Filho

13 Presidente da Seção de Direito Criminal,
desembargador Fernando Antonio Torres Garcia



Posse da EPM

Daiane Muricy

Em 1º de março, aconteceu a cerimônia de posse da diretoria da Escola Paulista da Magistratura (EPM) para o biênio 2018/2019. Foram empossados o diretor, desembargador Francisco Eduardo Loureiro; o vice-diretor, desembargador Luís Francisco Aguilar Cortez; e os integrantes do Conselho Consultivo e de Programas, desembargadores Aroldo Mendes Viotti, Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa, Francisco José Galvão Bruno, Hermann Herschander, Milton Paulo de Carvalho Filho e Tasso Duarte de Melo e juiz Gilson Delgado Miranda, como representante do 1º grau.



1 Mesa de Honra

2 Diretor da EPM, desembargador Francisco Eduardo Loureiro

3 Vice-diretor da EPM, desembargador Luís Francisco Aguilar Cortez

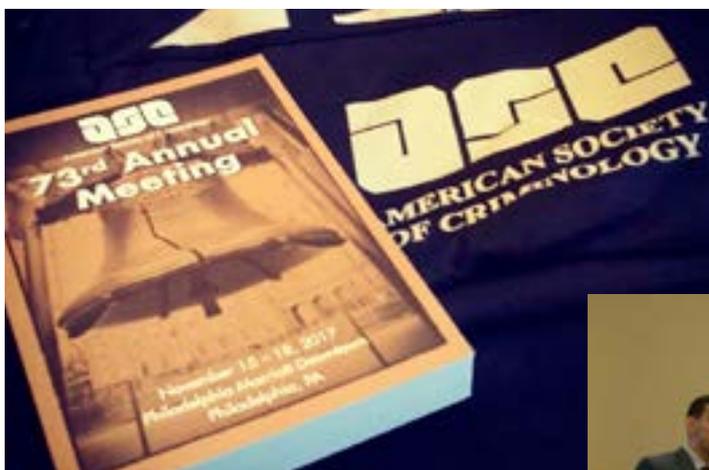


Juiz do TJSP apresenta trabalho jurídico em congresso nos EUA

Valéria Vieira

O juiz Jamil Chaim Alves, da 2ª Vara de Itanhaém, esteve presente no 73º Congresso Internacional de Criminologia da American Society of Criminology (ASC), um dos maiores do mundo na área criminal, que aconteceu no final de 2017, na Filadélfia (EUA). O magistrado apresentou o trabalho acadêmico “Overcriminalization and Effectiveness of the Justice System in Brazil”, no qual analisa a efetividade dos tipos penais existentes na legislação brasileira.

“Foi uma experiência muito engrandecedora, pois pude conversar com juristas de várias partes do mundo e conhecer um pouco do funcionamento do sistema criminal nesses lugares. Fiquei impressionado ao ver como é avançada a pesquisa criminológica em outros países, especialmente nos Estados Unidos”, diz ele. •



Juiz Jamil Chaim Alves (em pé) e dois outros expositores Rebecca Deruiter (Ghent University) e Tom Daems (Leuven Institute of Criminology), ambos da Bélgica

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874